



Revista Organizações & Sociedade
2022, 29(102), 458-489

© Autores 2022

DOI 10.1590/1984-92302022v29n0021PT

ISSN 1984-9230

www.revistaoes.ufba.br

NPGA, Escola de Administração

Universidade Federal da Bahia

Editora Associada:

Letícia Dias Fantinel

Recebido: 10/02/2021

Aceito: 12/01/2022

Relato Integrado e a Geração de Valor: a Semântica do Conceito Fundamental do Relato Integrado

Amanda dos Santos Veiga Marçal^a

Marguit Neumann^a

Simone Letícia Raimundini Sanches^a

^a Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Brasil

Resumo

O objetivo desta pesquisa é construir a semântica do conceito de geração de valor, baseado na literatura existente, delimitada a proposta do Relato Integrado (RI). Este estudo é classificado como descritivo, bibliográfico e documental, e utilizou-se da análise de conteúdo. Foram analisados dezesseis artigos, três livros e um documento, com base no *Value Creation – Background Paper (International Integrated Reporting Council, 2013a)*, assim como as classificações semânticas propostas por Ilari e Geraldini (1985). Os resultados demonstram que a semântica do conceito de geração de valor é a de que a organização realiza ações de valores (capitais) gerados direta ou indiretamente, considerando apenas seu efeito positivo à sociedade e ao meio ambiente. As ações negativas ocasionam destruição de valor para acionistas e *stakeholders*, não sendo relatadas quando se esperava que fossem. O valor financeiro é relevante, mas não o suficiente para gerar valor. A ausência de explicações sobre o tema possibilita a não adoção da finalidade real na construção da conectividade das informações financeiras e não financeiras, consequentemente dirimindo a credibilidade desse novo formato de divulgação corporativa. A pesquisa incentiva discussões para suprir lacunas e críticas, principalmente internacionais. Contribui-se com a interpretação do conceito de geração de valor para as futuras divulgações de RI, elucidando

nitidamente qual seria a geração de valor da organização e a prestação de contas à sociedade, tendo em vista a dificuldade na aplicação desse conceito em consultas públicas (2013 e 2017), conforme revelado por preparadores. Esta pesquisa contribui também com o avanço da discussão na literatura no âmbito da geração de valor.

Palavras-chave: relato integrado; geração de valor; conceito de geração de valor; capitais.

Introdução

O *Framework 1.0* do Relato Integrado (RI) foi elaborado em 2013 pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC), sendo constituído por três elementos: (a) conceitos fundamentais (processo de geração de valor, capitais, geração de valor para organização, entre outros), (b) princípios orientadores e (c) elementos de conteúdo de um RI. Desses três capítulos do *Framework 1.0*, o ponto central está nos conceitos fundamentais de geração de valor e dos capitais, pois sustentam e consolidam a aplicação dos princípios orientadores e elementos de conteúdo (Druckman, 2016). Ressalta-se que os conceitos fundamentais são interdependentes para o alcance da geração de valor do período (efeito líquido) (IIRC, 2014).

Antes da publicação do *Framework 1.0*, o *draft* nomeado *Framework 1.0 “Towards integrated reporting – communicating value in the 21st Century”* (IIRC, 2011) discutiu que há dúvidas quanto ao entendimento de geração de valor no RI. Em resposta aos questionamentos dos usuários, em 2013, o IIRC criou um grupo de colaboração técnica e publicou o documento *Value Creation – Background Paper* (IIRC, 2013a), a fim de espelhar as visões dos envolvidos sobre este tema. Posteriormente, em 2013 e 2017, foram realizadas consultas públicas, nas quais permaneceram as indagações a respeito do conceito de geração de valor. Na última consulta pública, realizada em 2017, os usuários do RI solicitaram esclarecimento do significado e uso desse conceito, bem como apresentação de exemplos (IIRC, 2017). Diante disso, o IIRC (2017) recomendou o desenvolvimento de novos estudos, objetivando melhorias na compreensão da geração de valor, com o intuito de auxiliar preparadores e usuários do RI.

A falta de definições claras dos conceitos fundamentais é um obstáculo para o sucesso do RI (Feng, Cummings, & Tweedie, 2017), por exemplo, as diretrizes sobre geração de valor são frágeis e por isso possibilitam diferentes interpretações (Chaidali & Jones, 2017; Flower, 2015; Gokten & Gokten, 2017; Slack & Tsalavoutas, 2016; Dumay, Bernardi, Guthrie, & La Torre, 2017; *International Federation of Accountants*, 2015). Segundo o *Integrated Reporting Committee of South Africa* (Ircosa) (2014), os pesquisadores defendem a geração de valor pela sua relevância para a adoção do RI, mas afirmam que o tema ainda precisa ser discutido. Sobre isto, os estudos anteriores investigaram: (a) o modo com que os elaboradores podem utilizar a geração de valor para comunicar; (b) o esclarecimento sobre o âmbito do curto, médio e longo prazo; (c) e que o propósito do RI não retrata uma sustentabilidade genuína (Thomson, 2014; De Beer, 2014; Dumitru, Gușe, Feleagă, Mangiuc, & Feldioreanu, 2015; Flower, 2015; Haller, 2016; Gokten e Gokten, 2017; Adams, 2017). Em relação aos capitais, que são a base teórica do conceito da geração de valor, identificaram-se pesquisas somente sobre o capital intelectual (Beattie & Smith, 2013; Melloni, 2015) e a metáfora dos capitais (Coulson, Adams, Nugent & Haynes, 2015).

Decorrente das discussões e consultas públicas realizadas, o IIRC avaliou exemplos de geração de valor, e ficou evidente que nos RIs publicados este conceito não está suficientemente desenvolvido para ser usado como *benchmarking* (Adams, 2015). Isto é, a definição não está clara, tanto no aspecto teórico quanto prático até para os usuários (Feng et al., 2017). Considera-se ainda que uma organização poderá demandar tempo para amadurecer e assimilar a compreensão da sua criação de valor e a forma mais adequada de reportar tais informações (Chen & Perrin, 2018). Porém, para Dumay e Dai (2017), o conceito de geração de valor é um argumento retórico do *Framework 1.0*, pois não há evidências reais de sua existência. Segundo Haller (2016), o IIRC não delimita em qual(ais) fundamento(s) o conceito de geração de valor foi apoiado, nem como pode ser incorporado, visto que esse conceito não está formalmente definido e claramente entendido pelo próprio IIRC (Feng et al, 2017). Logo, Gokten e Gokten (2017) criticaram o processo de geração de valor como filosófico, pois do modo como se encontra, é considerado inadequado para tornar o RI viável.

Tais argumentos reforçam que o conceito geração de valor é obscuro na visão dos preparadores de RI, os quais demandam esclarecimentos. Ademais, o próprio IIRC (2017) recomenda estudos que proponham melhorias na compreensão do tema, com respaldos conceituais, teóricos e com exemplos práticos, tornando-o assim o gap oportuno para a realização da presente pesquisa. Portanto, o objetivo consiste em construir a semântica do conceito da geração de valor baseado na literatura existente, delimitada à proposta do Relato Integrado. Com base no documento *Value Creation – Background Paper* (IIRC, 2013a) e as classificações de semânticas proposta por Ilari e Geraldi (1985), utilizou-se da análise de conteúdo (Bardin, 2016) para analisar o conceito de geração de valor na literatura sobre Relato Integrado.

Os principais resultados revelam que a geração de valor no RI não é exclusiva ao contexto financeiro e utiliza o *Triple Bottom Line* (TBL) para o alcance do valor líquido em curto, médio e longo prazo. Em outras palavras, o conceito delimita que uma empresa gera valor financeiro e não-financeiro, tangível e intangível, que considera o impacto positivo sobre a sociedade e ao meio ambiente. Esta pesquisa contribui com a reflexão do conceito de geração de valor no RI, proporcionando aos usuários e pesquisadores uma interpretação do tema estudado. Para sociedade e empresas, aperfeiçoa a estrutura do Relato Integrado, a fim de suprir a comunicação da geração de valor de uma empresa concomitantemente com a prestação de contas à sociedade.

Relato integrado e geração de valor

O RI é uma estrutura de divulgação corporativa que foi voluntária no contexto brasileiro até 2020, e a partir de 2021 passou a ser obrigatória sua divulgação, conforme estabelecido pela Resolução nº 14 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para as empresas listadas na bolsa de valores B3, cuja finalidade é integrar, concisa e holisticamente, informações financeiras e não financeiras (De Villiers & Sharma, 2017). É uma proposta para que os relatórios corporativos sejam trabalhados em conjunto, apresentando informações sobre as atividades, interações e implicações: financeiras, sociais, ambientais e de governança (Abeysekera, 2013; Dumitru et al., 2015; Simnett & Huggins, 2015). Ademais, beneficia tanto os acionistas quanto *stakeholders* em compreender a capacidade que uma organização tem de gerar valor ao longo do tempo (IIRC, 2014). Para alcançar tal finalidade, o RI é apoiado por conceitos fundamentais (processo de geração de valor, capitais),

que amparam e solidificam os princípios básicos e elementos de conteúdo propostos pelo *Framework 1.0*.

Não é objetivo de um RI quantificar ou monetizar o valor da empresa em um determinado momento, nem os efeitos nos capitais (Coulson et al., 2015). A inclusão da *ferramenta Key Performance Indicator* (KPIs) e métrica monetizada como parte de uma explicação descritiva capaz de conectar informações quantitativas e qualitativas devem ser incluídas quando for viável e relevante para explicar como uma organização gera valor e como utiliza e afeta diversos capitais (IIRC, 2014). Todavia, o *Framework 1.0* não indica nenhum desses específicos, uma vez que, o RI não tem finalidade de medir o valor da empresa (Flower, 2015), cabendo à alta gerência e governança de uma organização a responsabilidade pelo processo de geração de valor (IFAC, 2015).

Por isto, o *Framework 1.0* é formado por princípios orientadores básicos e elementos que, por sua vez, definem o conteúdo para a comunicação do processo de geração de valor. Para atender a proposta do RI, a gestão da organização deve se reportar a sistemática do processo de geração de valor, conforme sua definição no *Framework 1.0*: o valor gerado ocorre por intermédio do modelo de negócio da organização, composto pelas atividades, relacionamentos, produtos e serviços da mesma, sendo, portanto, influenciada pelo ambiente externo (contexto legal, econômico, social, ambiental e político) e interno (interação com os capitais financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e de relacionamento, e natural) em que a organização atua, produzindo em curto, médio, e longo prazo, a criação ou destruição do valor para a organização, seus *stakeholders* e a sociedade (IIRC, 2013a). A Figura 1 demonstra esta sistemática.

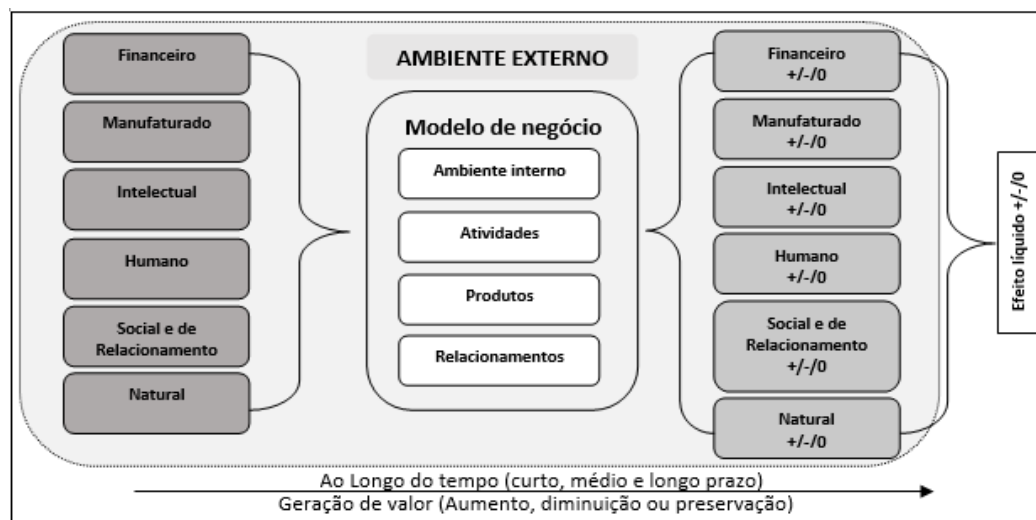


Figura 1. Processo de geração de valor do *Framework 1.0*

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de IIRC (2014).

Os capitais são utilizados como insumos nas atividades da organização (*input*), se tornando produtos (*outputs*) como bens e serviços. Com o passar do tempo, os capitais aumentam (+), diminuem (-) ou são transformados (0). O efeito líquido do período evidenciado de todos os capitais pode ser um acréscimo, decréscimo ou se manter preservado (+/-/0) (IIRC, 2014), dependendo do

ponto de vista da empresa (Figura 1). O valor gerado tem influências positivas ou negativas no ambiente externo, ocasionando aumento líquido ou redução líquida dos capitais, uma vez que a companhia é sujeita a riscos e oportunidades provenientes dele.

O *Framework 1.0* aponta que é raro a maximização de apenas um capital em detrimento dos demais, como a maximização do capital financeiro (lucro) em detrimento de capital humano (políticas e prática inadequadas de recursos humanos) (*trade-offs*), com intuito de elevar o valor para a companhia a longo prazo. Logo, o processo de elaboração do RI é denominado pensamento integrado, pois tem a intenção de deixar visível os capitais relevantes para o desempenho passado, presente e futuro da organização, uma vez que dependem de como a organização usufrui desses capitais, e seu impacto sobre eles (Eccles et al., 2015). A estruturação proposta pelo *Framework 1.0* é apresentada na Figura 2.



Figura 2. Capitais propostos pelo *Framework 1.0*

Fonte: Adaptado de IIRC (2014).

O *Framework 1.0* não exige das organizações a adoção dessas categorias de capitais, bem como suas composições. No entanto, é uma recomendação da sustentação teórica do conceito da geração de valor e deve servir de diretriz para assegurar que as organizações levem em conta todas as formas de capital utilizadas ou afetadas por elas (Flower, 2015). Ademais, nem todos são aplicáveis ou relevantes para todas as organizações, pois algumas interações podem ser relativamente indiretas ou insignificantes, de forma que não há a necessidade de reportá-las em um RI (Flower, 2015; IIRC, 2014). Além disso, a intenção dos capitais é de permitir a criação de uma interdependência de horizontes de curto, médio, e longo prazo das operações de uma empresa (Perego, Kennedy, & Whiteman, 2016).

Segundo Coulson et al. (2015), o conceito de múltiplos capitais incentiva as organizações na busca do desenvolvimento sustentável. Para tanto, o IIRC reconheceu que para desenvolver o *Framework 1.0* se baseou em estudos como o do *Forum for the Future* (2009) e o *The Sigma Project* (2003). Ambos os projetos apresentam características similares e estão fundamentados na

abordagem TBL em cinco capitais (natural, social, humano, manufaturado e financeiro) com a finalidade de que as organizações melhorem a sua forma de prestação de contas à sociedade. Posteriormente, o IIRC acrescentou o capital intelectual, totalizando então seis capitais. Em vista disso, foi realizada uma consulta pública para averiguar se os usuários concordavam ou não com essa abordagem, de modo que 70% dos entrevistados concordaram com as terminologias incorporadas.

Por outro lado, Marc van Weede, do grupo de seguradores da Aegon, fez uma crítica à terminologia dos capitais, ao citar que nem sempre é intuitiva, visto que o capital humano é compreensível por sua característica, porém ele defende que capital natural é de difícil aplicação. Seu argumento aponta que, normalmente, a atividade na qual atua (escritório), não tem um impacto direto ao meio ambiente, apesar de possuírem um portfólio de investimentos em grandes empresas e apresentarem potencial de impacto, que não estão no controle da empresa (Chen & Perrin, 2018).

Nesse sentido, por meio do *IIRC Consultation Questions* (2013b) Flower (2015) sugeriu que os capitais sejam categorizados em internos e externos, para serem evidenciados no controle da empresa ou não (Adams, 2015). Adams concorda com o posicionamento de Flower, isto é, os capitais possuem requisitos limitados de divulgação, sendo difícil imaginar alcançá-los de forma completa, devido ao subdesenvolvimento de tais contas. De modo similar foi a crítica que os contadores, pesquisadores e profissionais de sustentabilidade fizeram em relação à reduzida importância na possibilidade de elaboração de um modelo de capital múltiplo. Ademais, Adams afirmou que a equipe técnica de capitais do IIRC foi buscar exemplos inovadores para a divulgação sobre os capitais e ficou nítido que a comunicação da narrativa de geração de valor ainda não estava suficientemente desenvolvida para poder julgar as melhores práticas.

Conforme abordado neste tópico, a capacidade de gerar valor é direcionada para a organização, seus *stakeholders* e o meio ambiente, estando inter-relacionada com os atos e resultados empresariais, ou seja, o modelo de negócio da empresa. Porém, a compreensão do que é geração de valor no contexto do RI e como os capitais contribuem para isto não está clara. Em vista disto, a próxima seção trata sobre o conceito de geração de valor no RI.

Geração de valor

O termo geração de valor mencionado no *Framework 1.0* tem diversos significados não identificados quanto à sua fonte de fundamentação, logo, esse fato pode estar relacionado com os questionamentos pelos usuários do RI sobre a sua definição e uso (IIRC, 2017). O único documento de apoio sobre o que é geração de valor, que também foi norteador desta pesquisa, é o *Value creation – background paper* (IIRC, 2013a). Esse documento contou com a participação de profissionais e entidades de diversos países, com a finalidade de demonstrar a percepção coletiva dos participantes sobre o assunto.

Entretanto, no *Value creation – background paper* (IIRC, 2013a) não foi apresentada uma definição concisa do termo ou do modo que deveria ser evidenciada a geração de valor. Além disso, foi considerado que o termo geração de valor pode ter conotação negativa, isto é, ser, também, interpretado como a destruição ou esgotamento do valor gerado. Apesar de não ter uma definição

concisa do conceito, foram abordados no *paper* dez temas, não exaustivos e baseados na literatura, que expressam a proposta de geração de valor do *Framework 1.0* (Tabela 1).

Tabela 1

Value creation – background paper

Síntese	Contexto	Categoria
1. O valor ocorre dentro de um contexto	É gerado a partir de um conjunto de interações, atividades, relacionamentos, causas e efeitos, que ocorrem dentro do contexto do mercado regulatório, social e natural em que organização exerce. Considera as expectativas da sociedade sobre o que simboliza a Geração de valor da companhia.	Mercado
		Regulatório
		Social
		Natural
2. O valor financeiro é relevante, mas não suficiente, para avaliar a geração de valor	É criado por meio da utilidade de satisfazer as necessidades humanas, cuja avaliação está atrelada a três itens: utilidade funcional (o que o produto/serviço faz), utilidade econômica (quanto custa) e utilidade emocional (como faz o cliente se sentir).	Utilidade funcional
		Utilidade econômica
		Utilidade emocional
3. O valor é gerado a partir de ativos tangíveis e intangíveis	Além dos ativos tangíveis, os intangíveis também contribuem para a geração de valor, e estão cada vez mais em evidência.	Ativos tangíveis e intangíveis
4. O valor é gerado a partir de recursos privados e públicos	Em alguns casos, os recursos globais comuns, naturais ou sociais são usufruídos no modelo de negócio de uma companhia, para transformar em produtos ou resultados. Assim, é necessária a transparência, informação e linguagem comum.	Recursos Naturais
		Recursos Sociais
5. O valor é gerado para uma organização e para outros	No RI deve-se atender o valor para uma ampla gama de <i>stakeholders</i> , pois o valor de uma organização é criado e capturado por uma ampla gama de partes interessadas.	Organização
		<i>Stakeholders</i>
6. O valor é gerado a partir da conectividade entre uma ampla gama de fatores	A avaliação de valor fundamenta-se em um vetor composto de fatores qualitativos, éticos, sociais e práticos, no modo como eles se relacionam e apresentam resultados para vários <i>stakeholders</i> .	Qualitativos
		Éticos
		Sociais
		Práticos
7. A geração de valor se manifesta nos resultados	As conexões e interdependências entre diferentes fatores colaboram para criação de valor, pois alcança resultados distintos para diversos <i>stakeholders</i> , uma vez que as atividades podem afetar o potencial futuro de uma companhia.	Conexões
		Interdependências
8. A inovação é fundamental para criação de valor	O valor de uma companhia é criado/maximizado por meio da inovação, propiciando que as organizações reconheçam suas fontes estratégicas e elaborem mecanismos para criar uma força duradoura ou sustentável.	Inovações
9. Os valores desempenham papel 'como' e 'tipo' de valor é gerado	A existência ou ausência de valores, às vezes, são expressos em códigos de conduta comercial, assim pode-se desempenhar uma base na determinação da extensão com a qual uma organização cria e protege o valor.	Códigos de conduta
10. Medidas de geração de valor estão evoluindo	Os medidores de valor, como valor econômico agregado, <i>Balanced Scorecard</i> , valor da empresa, contribuição total, estão sendo utilizadas como forma de expressar a geração de valor.	Medidores de valor

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de IIRC (2013a).

Após a abordagem destes elementos, o *Value creation – background paper* (IIRC, 2013a) apontou que a geração ou destruição de valor para fins de RI em curto, médio, e longo prazo, relaciona-se com os resultados obtidos direta e indiretamente pela organização por meio do modelo de negócio, cujos efeitos são positivos ou negativos, individuais ou coletivos para os provedores de capital financeiro, sociedade e meio ambiente. Todavia, o modelo de negócio de uma organização é influenciado pelo ambiente externo e pela interação com os capitais (ações de valores), para criar valor em curto, médio e longo prazo, simultaneamente, para a organização e para os *stakeholders* e meio ambiente (Abeysekera, 2013; Adams & Simnett, 2011; Busco, Frigo, Quattrone, & Riccaboni, 2014). Desse modo, com a divulgação baseada na proposta do RI, é possível avaliar o comportamento da empresa ao longo do tempo, obtendo assim, uma percepção global (financeira, social e ambiental) das operações do negócio que influenciam diretamente e indiretamente na capacidade de uma organização gerar valor ao longo do tempo (IIRC, 2017).

Nota-se, que os itens 1, 2, 4, 5, 6 e 9 (Tabela 1) apresentam vieses para o conceito de sustentabilidade (ou desenvolvimento sustentável), pois estão em sinergia com os argumentos de Thomson (2014), Coulson et al. (2015), Flower (2015) e Adams (2015) ao relatarem que o RI incorpora o conceito de sustentabilidade na geração de valor. No entanto, os conceitos descritos expressam de modo diversificado, sem exemplos concretos e não relacionado claramente com os capitais propostos do *Framework 1.0*, que são base do conceito teórico da geração de valor. Tais argumentos reforçam a fragilidade que o *Framework 1.0* apresenta ao não revelar de modo preciso a geração de valor aos *Stakeholders* e não definir os grupos de interesses (Santos, Favato, & Neumann, 2021). Por mais que a geração de valor seja o sustento de um RI. Alves, Kassai, Lucas e Ferreira (2017) encontram empresas que citam apenas uma vez o termo.

Segundo o *Institute for Family Business* (2012), a sustentabilidade está relacionada com situações a longo prazo que, muitas vezes, não possuem contrapartida financeira, porém impactam materialmente no desempenho de uma organização na geração de valor. O conceito de sustentabilidade é proveniente do relatório de *Brundtland*, no qual foi estabelecida a definição para o desenvolvimento sustentável: é necessário atender às necessidades das gerações presentes, mas sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias (Flower, 2015). Assim, para o idealizador Elkington (2012), o desenvolvimento sustentável é alcançado se forem atendidos aos três elementos equitativamente: econômico, social e ambiental.

Para Haller (2016), a geração de valor, no caso o valor no RI, atende ao conceito de valor compartilhado de Porter e Kramer (2011; 2013), no qual especificamente o sentido de valor é cocriado ao longo do tempo entre a organização e outros. Nesse sentido, Gokten e Gokten (2017) concluíram que o lucro é o resultado da geração de valor a curto prazo; o valor a médio prazo seria o valor justo esperado pelos investidores para o patrimônio líquido; e o valor a longo prazo é o valor representado para a sociedade.

Para Flower (2015) o IIRC adotou os princípios básicos da contabilidade socioambiental, nos quais uma companhia retrata o uso de recursos não renováveis e seus impactos com o meio ambiente e sociedade. O conceito de capitais tem esse direcionamento no *Framework 1.0* porque instiga a empresa a reportar seus recursos e relacionamentos e sua continuidade depende da sua sinergia com a sociedade, ou seja, para uma empresa gerar valor é interdependente para os acionistas e *Stakeholders* (Flower, 2015). Contudo, Milne e Gray (2013), Thomson (2014), Brown e Dillard (2014), Flower (2015) concordam com a proposta de geração de valor do RI, mas criticam o

conceito devido as suas fragilidades quanto a definição no *Framework 1.0*.

De um lado, Flower (2015), Adams (2015) e Thomson (2014) afirmam que o foco principal de um RI não deve ser voltado para os provedores de capital financeiro, ao contrário, deve-se adotar o conceito amplo de valor, como para sociedade. Para Flower, os investidores só manifestam interesse no valor para sociedade caso seu negócio tenha externalidades negativas. Por outro lado, Feng et al. (2017) e Brown e Dillard (2014) defendem que não há problema com a ideia de que as relações entre os negócios, *stakeholders* e sociedade possam ser mutuamente benéficas, visto que os negócios não podem ignorar as mudanças climáticas, esgotamento de recursos e mudanças das expectativas sociais. De fato, não é ético gerar valor sem ter boas relações com financiadores, fornecedores, reguladores, clientes, colaboradores, sociedade e com outros interessados. Dessa maneira, o RI pode nivelar a maximização do lucro com foco no bem estar da sociedade e do meio ambiente (Adams, 2015).

Flower (2015) também critica o conceito de valor, porque o IIRC (2014) não orienta que as organizações relatem os danos com as entidades externas (como o meio ambiente), independente do impacto sobre o financeiro. Com isso, esse conceito de valor volta-se para os investidores e não para a sociedade, Além disso, o IIRC (2014) afirma que uma empresa não necessita reportar capitais indiretos ou insignificantes. Por este fato, o autor também argumenta que o IIRC abandonou a sustentabilidade, pois ao incorporar os conceitos da sustentabilidade as organizações teriam que revelar aspectos negativos de seus relacionamentos, interações e atividades. Por isto, Flower critica o *Framework 1.0*, porque não há fortalecimento da sustentabilidade nas organizações. É interessante notar que em documentos de discussões do IIRC, a palavra sustentabilidade é apresentada repetidamente enquanto que no *Framework 1.0* é mencionada apenas uma vez (Flower, 2015).

Thomson (2014) reforça a crítica de Flower (2015), que o RI não pode ser considerado como um formato confiável que relata a sustentabilidade. Para esse autor, é difícil compreender como uma comunicação não-regulamentada garanta transformar negócios em práticas sustentáveis. Além disso, o próprio *Framework 1.0* defende que o RI surgiu como estímulo para conferir a estabilidade financeira e sustentabilidade (IIRC, 2014). Desse modo, “é mais fácil entender como o RI poderia silenciar os elementos radicais da sustentabilidade e potencialmente reformular práticas corporativas insustentáveis como sustentáveis” (Thomson, 2014, p 4). Para que haja uma mudança sustentável, depende do modo com que pensamento integrado e contabilidade integrada podem desinstitucionalizar o pensamento não-integrado. Brown e Dillard (2014) convergem com Thomson (2014), ao afirmarem que o RI oferece uma abordagem limitada e unilateral para avaliar e relatar problemas de sustentabilidade.

Por mais que o RI seja uma ferramenta para integrar a sustentabilidade aos negócios, não tem atingido esse propósito (Brown & Dillard, 2014). Até o momento não apresenta claramente a mudança que deseja, ou seja, garantir a estabilidade financeira e sustentável, sendo “notavelmente regressivo” (Milne & Gray, 2013, p. 25), e é improvável que reduza significativamente as consequências insustentáveis das ações corporativas (Flower, 2015). Portanto, implicitamente, não prioriza as inovações destinadas a fomentar justiça social e sustentabilidade (Feng et al., 2017; Milne & Gray, 2013). Thomson (2014) sugeriu que o IIRC ampliasse a sua compreensão da sustentabilidade, para incluir exemplos de casos para os negócios e práticas de contabilidade sustentável, pois as evidências que existem reforçam que o IIRC se equivocou ao desejar o alcance

de um futuro sustentável (Flower, 2015).

De acordo com o exposto, a finalidade do conceito de geração de valor do RI é narrar a sustentabilidade em uma empresa. Contudo, Adams (2015) ressalva que o principal objetivo de um RI não é abordar exclusivamente a sustentabilidade, embora concorde que os impactos materiais sobre o assunto deveriam ser obrigatórios. Dessa maneira, o IIRC não dispõe de quaisquer instrumentos ou ferramentas que podem amparar na narrativa de geração de valor, dado que o *Framework 1.0* é composto por conceitos fundamentais, princípios básicos e elementos de conteúdo. Por isto, se torna suscetível a interpretações errôneas da proposta de ser um relatório integrado e a literatura também é silenciosa a esse respeito (Haller & Staden, 2014).

Um dos instrumentos contábeis que poderiam auxiliar os elaboradores para a comunicação da geração de valor no RI é a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), porque o seu propósito tem similaridade com os capitais sugeridos no *Framework 1.0*, logo favorecendo a utilidade do RI (Haller & Staden, 2014). Esta demonstração contábil busca evidenciar e identificar a riqueza gerada por uma empresa, e para quem foi compartilhado este valor gerado, no caso, acionistas, colaboradores, financiadores, governo e sociedade. Logo, sendo um meio de comunicar a geração de valor monetária de uma empresa, além de proporcionar a destinação do valor gerado no período. Portanto, os dados obtidos por meio da DVA podem ser mencionados nos capitais do RI como sendo uma fonte de evidenciação de geração de valor financeiro passado e presente. Todavia, um dos aspectos do RI também é o de evidenciar possíveis gerações de valor futuras, conforme McKinsey & Company (2010), o significado de criação de valor financeiro é uma medida pontual entre o valor atual e o valor esperado futuro.

O valor financeiro não é suficiente para representar o potencial de valor de uma empresa, assim, as informações não-financeiras sobre esses ativos são basilares para explanação da geração de valor de uma empresa. Os ativos tangíveis sustentam outros valores gerados, como os de capital relacional e intangíveis. Visto que os tangíveis objetivam melhorar a eficiência e eficácia dos processos de geração de valor (Bowman & Ambrosini, 2003). Contudo, a representação do valor contábil no mercado é equivalente, em média, a 30% do total da empresa, e os ativos intangíveis à parcela restante (70%), inclusive na maioria dos casos esta representatividade dos intangíveis não é refletida nos relatórios financeiros, pois não atendem aos critérios de reconhecimento e mensuração das normas internacionais de contabilidade (Maniora, 2015; IIRC, 2013).

Beattie e Smith (2013) compreendem que o capital intelectual, no caso os intangíveis do *Framework 1.0*, pode ser segregado em três tipos: estrutural, humano e relacional. O estrutural envolve rotinas, procedimentos, sistemas, culturas e bancos de dados organizacionais (capital intelectual); O humano inclui o conhecimento e habilidades das pessoas (capital humano); E o capital relacional consiste nos recursos vinculados a relacionamentos externos com clientes, fornecedores e parceiros de pesquisa e desenvolvimento (social e de relacionamento). Além disso, os elementos intelectuais demandam, usualmente, a combinação com os ativos tangíveis (capital manufaturado). Portanto, infere-se que os intangíveis citados podem se relacionar com os capitais humano, social e de relacionamento e com manufaturado para gerar valor ao longo do tempo.

Nota-se que há uma carência de estudos que explorem o conceito de geração de valor, o que está em consonância com Dumay, Bernardi, Guthrie e Demartini (2016), que afirmam haver falta de estudos que critiquem a retórica e a prática do RI quanto à aplicação do conceito de geração de valor. Com base nas afirmações, o RI é uma oportunidade para que as empresas elucidem o seu

valor gerado, paralelamente evidenciando as estratégias financeiras para manter este valor alinhado com as práticas de sustentabilidade. Logo, demonstrando a cadeia de interdependência com os *stakeholders* e com o meio ambiente para o alcance do valor sustentável ao longo do tempo.

Por conseguinte, para não considerar o RI como uma ferramenta frágil, a geração de valor seria representada fidedignamente ao seu propósito, se fosse evidenciado o ambiente externo (social, natural, político, legal e comercial) e, principalmente, os relacionamentos, interações e atividades com os capitais: social e de relacionamento; e natural. Isto propiciaria a revelação dos aspectos positivos e negativos, dado que os negócios dependem da sociedade e do meio ambiente para gerar valor, bem como dos demais capitais caso haja (financeiro, manufaturado, intelectual e humano), se afetassem significativamente a capacidade de uma organização gerar valor ao longo dos anos.

Procedimentos metodológicos

Para atender ao objetivo, essa pesquisa é classificada como descritiva, bibliográfica e documental, por meio da análise do conteúdo (Bardin, 2016) presente em artigos, livros e documentos que compõe a amostra do estudo. Os artigos foram obtidos com base nos levantamentos realizados a partir dos critérios estabelecidos nas tabelas 2 a 6. Considerou-se os seguintes termos no título: os dois termos conjugados em “título” ou em “key-word” nas bases de pesquisa, sem delimitação temporal.

Tabela 2

Coleta da amostra “*Integrated Reporting*” e “*Value Creation*”

Bases acessadas	Termos	Quantidade de Artigos*		
		Período de coleta	Abril/2018	Abril/2020
CAPES		12	12	7
<i>Emerald Insight</i>	“ <i>Integrated Reporting</i> ”	0	0	2
<i>Jstor (Social Sciences)</i>		0	0	0
<i>Scielo (Web of Science)</i>	“ <i>Value Creation</i> ”	3	3	6
<i>Science Direct</i>		5	5	8
<i>Scopus</i>		9	15	30
<i>Wiley</i>		1	1	2

* Período de desenvolvimento, amadurecimento e atualização da pesquisa.

Obs.: Há diferença da quantidade dos achados devido a renovação ou não de conteúdos indexado no sistema CAPES (Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior) acessado pela Comunidade Acadêmica Federada (CAFe).

Fonte: Elaborado pelas autoras.

De acordo com as bases estabelecidas pela pesquisa, não foi encontrada literatura nacional (brasileira) que contemple os termos “*Integrated Reporting*” e “*Value Creation*”. Os resultados e os critérios de seleção são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3

Seleção da amostra “Integrated Reporting” e “Value Creation”

	CAPEs	Emerald	Jstor	SciELO	ScienceD.	Scopus	Wiley	Total
Artigos encontrados	12	2	0	6	8	30	2	60
(-) Total Artigos excluídos	(11)	-	-	(5)	(5)	(21)	(2)	(44)
a) (-) Artigos sem acesso/linguagem	(5)	-	-	(1)	-	(3)	-	(9)
b) (-) Artigos duplicados	-	-	-	(4)	-	(6)	(2)	(12)
c) (-) Não relacionados com o conceito de geração de valor	(6)	-	-	-	(5)	(12)	-	(23)
Amostra da pesquisa	1	2	0	1	3	9	0	16

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Dos sessenta artigos encontrados (apêndice) foram excluídos 44, segundo os critérios estabelecidos, resultando em uma amostra de dezesseis artigos, ressalta-se quanto ao (item c - Tabela 3), em que a maioria das amostras obtinham o tema, todavia exploravam como as empresas estavam divulgando o RI (pesquisas empíricas), retratando se havia conformidade com o *Framework 1.0* ou se não exploraram o tema. Logo, essas pesquisas foram excluídas, pois não havia nenhuma discussão sobre o conceito da geração de valor em Relato Integrado. Além disso, foram selecionados para análise três livros, um documento e um artigo citados pelo *Value creation – background paper* (IIRC, 2013a). Logo, totalizando para esta pesquisa vinte bibliografias para análise.

Para análise dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo (Bardin, 2016), com a técnica temática/categorial. A Tabela 4 apresenta os quesitos e a sistemática de análise utilizada nesta pesquisa.

Tabela 4

Análise de conteúdo realizada em três etapas

1º Pré-análise	1) Leitura flutuante: primeiro contato com os artigos e documentos na coleta de dados; 2) Escolha dos documentos: consistiu na definição do <i>corpus</i> de análise; 3) Formulação do objetivo: desta pesquisa; 4) Preparação do material: visando alinhamento ao idioma (PT); 5) Referenciação dos índices e elaboração dos indicadores: foram determinados a operação de recorte de texto em unidades comparáveis (categorização) e para o registro dos dados (codificação).
2º Exploração do Material	Tratou-se na administração sistêmica das decisões tomadas.
3º Tratamento dos resultados obtidos (inferência e interpretação)	A operação da análise foi conduzida manualmente, visto que, conforme a Bardin (2016), é viável a utilização de <i>software</i> quando for uma análise numerosa ou for contar palavras. Na amostra realizou-se a interpretação e inferência apoiada na revisão de literatura, FRI e o <i>Value creation – background paper</i> (IIRC, 2013a).

Fonte: Adaptado de Bardin (2016).

Salienta-se que para a codificação, item 5 da 1ª etapa, foi necessário definir dois quesitos: (a) o recorte (unidades de registro e de contexto) e (b) classificação e agregação (categorização) (Tabela 5).

Tabela 5

Determinação da codificação

Escolha de unidades (unidade de registro e de contexto)	Optou-se para unidade de registro as unidades semânticas (temas) e assim procedeu a unidade de contexto que se limitou em um parágrafo.
Classificação e agregação (categorização)	Utilizou-se a semântica (categorias temáticas).

Fonte: Adaptado de Bardin (2016).

Para identificação dos sentidos ou significados de geração de valor foi utilizada a semântica de Ilari e Geraldi (1985), com cinco classificações (Tabela 6).

Tabela 6

Semântica: Fonte de oposições, relações e implícitos

Semântica	1. Paráfrase	- As palavras apresentam o mesmo significado (sinônimos) e construções sintáticas são preservadas.
	2. Sinonímia	- Para que duas palavras sejam sinônimas, não basta que tenham a mesma extensão (outro modo pode dizer a mesma coisa); - Para que as palavras sejam sinônimas, é preciso que façam, em todos os seus empregos, a mesma contribuição do sentido da frase; - Duas palavras são sinônimas sempre que são possíveis de serem substituídas no contexto da frase, sem a frase passe de falsa para verdadeira, ou vice-versa.
	3. Antonímia	- Duas orações têm sentidos incompatíveis com a mesma situação; - Raramente duas expressões em oposição estão em igualdade no momento; - Não há uma combinação de informações contraditórias que não resista a um esforço motivado de interpretação.
	4. Hiponímia	- Relações de significação entre os pares de conjunto (que intercorre entre expressões com sentido mais específico e expressões genéricas).
	5. Duplicidade de sentido	- Compartilham a propriedade de ser ambíguos, ou seja, de admitir interpretações alternativas.

Fonte: Adaptado da Ilari e Geraldi (1985).

A Tabela 6 demonstra as classificações quanto a semântica utilizada nesta pesquisa: paráfrase, sinonímia, antonímia, hiponímia e duplicidade de sentidos (fonte de oposições, relações e implícitos), estas expressões ampararam a análise dos significados da geração de valor para a literatura dos termos “*Integrated reporting*” e “*Value creation*” (Tabela 7), apresentada na próxima seção como resultado da pesquisa.

Em suma, para execução desta pesquisa, em cada artigo buscou-se um trecho de um parágrafo que contemplasse a ideologia da geração de valor, norteados pelo *paper Value creation* –

background paper (IIRC, 2013a), conforme categorizado na Tabela 1. Primeiramente, avaliou-se pelo resumo se o documento explorava especificamente a geração de valor no contexto do Relato Integrado. Em seguida, foi realizada a leitura flutuante para obter um panorama geral do documento, e juntamente buscou-se o termo “*Value creation*”. Por consequência, para aqueles trechos selecionados, houve a relação com o *Framework 1.0* (com aplicação de categorias) e o tipo da Semântica: Fonte de oposições, relações e implícitos. Já para os documentos, artigos e livros citados pelo *paper Value creation – background paper* (IIRC, 2013a) foram aplicadas as relações apenas de categorias e semântica.

Apresentação e discussão dos resultados

Resultado da pesquisa

Os resultados da análise de conteúdo foram estruturados no intuito de atender ao objetivo de construir a semântica do conceito da geração de valor baseado na literatura existente, delimitada a proposta do Relato Integrado. A fim de suprir a semântica do conceito definido no *Framework 1.0*, os materiais bibliográficos, documentos e livros foram analisados seguindo a classificação de quais capitais (C) (Figura 2) que fundamentam o conceito e o seu efeito líquido de criação ou destruição de valor (Figura 1) do *Framework 1.0*. Adicionalmente, correlacionou-se com o entendimento de geração de valor (EGV) sugerido pelo IIRC (Tabela 1), bem como, a identificação da semântica (S) (Tabela 6). Os resultados obtidos estão sumarizados nas Tabelas 7 e 8:

Tabela 7

Resultados dos significados da geração de valor para a literatura “*Integrated Reporting*” e “*Value Creation*”

Autoria	Conceito	Framework	Entendimento de geração de valor	Semântica
1 - Bowman e Ambrosini (2003) Artigo citado pelo Background	Os ativos fixos da empresa , como edifícios e maquinário, estão suportando valores de uso. Uma vez que uma empresa esteja em funcionamento, formas adicionais de capital podem ser criadas .	CM CI	3	5
2 - Crowther e Aras (2008) Livro citado pelo Background	Compreendem todas as Atividades de Responsabilidade Social Empresarial - RSE . Esses são: Sustentabilidade, <i>Accountability</i> e Transparência.	AE CSR CN	4	2 e 5
3 - Mckinsey & Company (2010) Livro citado pelo Background	Os termos valor e criação de valor. Na sua forma mais pura, o valor é a soma dos valores atuais e dos futuros fluxos de caixa esperados – sendo uma medida pontual . Criação de valor é a mudança de valor devido ao desempenho da empresa.	CF EL	5	5
4 - Institute for Family Business (2012)	Sustentabilidade lida com questões de longo prazo que muitas vezes não têm contrapartida financeira , mas que podem ter	AE CSR CN	1 e 4	4

Documento citado pelo Background	um impacto material na capacidade de uma organização de criar valor a longo prazo.			
5 - Beattie e Smith (2013) Artigo	O capital intelectual é composto por processos e recursos que podem gerar vantagem (difíceis de imitar) e, por conseguinte, criar valor.	CI	3	3
6 - Kuzina (2014) Artigo	A ideia central do RI é que o valor da empresa não é criado sozinho e o valor pode variar ao longo do tempo: influenciado por fatores externos, ambiente, relacionamentos com as partes interessadas e interdependente ao acesso de diversos recursos. Portanto, um RI deve se concentrar em: 1- ambiente externo que afeta uma empresa; 2- recursos e relacionamentos usados e afetados por uma empresa; 3 - como a empresa interage com o ambiente externo e os capitais para criar valor a curto, médio e longo prazo.	AE CF CM CI CH CSR CN	1 a 9	2
7 – Dumitru et al. (2015) Artigo	A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) contribui com informações das conexões entre o capital financeiro (distribuição de dividendos, interesses registrados), humano (salários e outros benefícios), social (impostos, doações, patrocínios) e o manufaturado (depreciação).	CF CM CH CSR	10	4
8 - Adams (2015) Artigo	O significado remetido ao termo valor e valor a quem é fundamental para transformar a forma dos negócios, sociedade e os o ambiente com objetivo de serem mutuamente benéficas.	EL	5	1
9 - Haller (2016) Livro	A teoria dos Stakeholders apresenta uma visão limitada, que não inclui claramente o meio-ambiente . No entanto, o conceito de valor do RI está atrelado ao conceito de “valor compartilhado” de Porter e Kramer (2011; 2013), o qual apoia o valor para o acionista que inclui os impactos sociais. Como <i>drivers</i> dos parâmetros de valor, ou seja, incluindo <i>Environment, Social e Governance</i> (ESG), nas estratégias e decisões da gestão, frequentemente proporcionam maiores retornos aos acionistas e, portanto, são racionais e lucrativos na visão do acionista , logo beneficia os dois lados (acionista e sociedade).	EL	5	3
	O <i>Framework 1.0</i> não cita nenhuma abordagem que já foi elaborada para medir capitais individuais ou em conjunto . Como o i) <i>Working Group “Accounting and Reporting of Intangibles” of the Schmalenbach Association for Business Administration</i> ; ii) <i>The Natural Capital Coalition (Natural Capital Protocol)</i> ; iii) <i>The Carbon Disclosure Project (Carbon Disclosure Project)</i> ; iv) <i>KPMG - True Value</i> ; v) <i>New Economics Foundation - Social Return on Investment</i> ; vi) <i>WorldBusiness Council of Sustainable Development - Redefining Value</i> ; vii) <i>EFFAS/DVFA (ESG KPIs)</i> ; viii) <i>Global Reporting Initiative (G4Guidelines)</i> .	AE CF CM CI CH CSR CN	10	4

10 - Barnabè (2016) Artigo	System Dynamics (SD) é um suporte fornecido para o RI com a finalidade de demonstrar de forma transparente os processos de criação de valor , bem como o desenho e implementação de estratégias, melhorando a compreensão dos caminhos passados, presentes e futuros da criação de valor, mapas qualitativos e modelos formais de simulação.	CF CM CI CH CSR CN	10	4
11 - Adams (2017) Artigo	Com a finalidade de examinar e explicar as inter-relações complexas que influenciam a forma das empresas de criar valor para seus provedores de capital financeiro e para <i>stakeholders</i> referenciado na prática como “pensamento integrado”). Este trabalho concluiu, que a ligação entre risco ESG, dano à reputação e implementação da estratégia: está relacionado ao i) aumento da demanda dos investidores por informações sobre os riscos ESG; ii) o nível da governança envolvida na integração da sustentabilidade ambiental e social nas práticas corporativas; iii) cobranças regulatórias e da bolsa de valores para evidenciar os riscos ESG e estratégia; iv) discussões mundiais a respeito do papel dos relatórios corporativos em relação ao Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);	AE CF CSR CN	1, 4 e 6	4
12 - Gokten e Gokten (2017) Artigo	O lucro é o resultado da criação de valor em curto prazo; o valor de médio prazo seria o valor justo esperado pelos investidores para o patrimônio líquido; e o valor a longo prazo é o valor representado para a sociedade.	EL	5	3
13-Sofian (2018) Artigo	O termo 'valor' foi definido como um benefício que alguém tem de algo, mas não se pode criar valor sem alguém para avaliá-lo. Estamos inseridos em uma sociedade onde tudo está conectado: negócios com pessoas, negócios com meio ambiente, negócios com sociedade, sociedade com meio ambiente, ou seja são interdependentes. Assim, as empresas devem tentar considerar o maior número possível de interesses dos seus stakeholders , independentemente método ou ferramenta que apoia para calcular o valor do chamado 'valor' criado.	EL	5 E 7	2
	Analisando os instrumentos usados para explicar a geração de valor (<i>Kering's Environmental Profit & Loss Statement, KPMG's True Value Methodology, Value Added Statement, Natural Capital Protocol</i>) estão em linha com o conceito de valor de RI. Os resultados mostram que KPMG's True Value Methodology e Value Added Statement são mais adequadas ao conceito de geração de valor do RI. Porém, nenhum dos instrumentos considerados é totalmente consistente com o Framework 1.0.	CF CM CI CH CSR CN AE	10	4

14 - Barnabè, Giorgino e Kunc (2019) Artigo	Este autor propôs Dynamic Resource-Based View (DRBV) em sua ideia de que os recursos estratégicos estão interconectados e precisam ser gerenciados com a colaboração de todas as partes interessadas, a fim de informar as ações de governança e criar valor com uma perspectiva holística.	CF CM CI CH CSR CN	10	4
15- Roslender e Nielsen (2020) Artigo	O fracasso geral das pesquisas sobre a abordagem de RI em dedicar muita atenção tanto ao processo de geração de valor quanto ao conceito de modelo de negócios teve como consequência negligenciar a importância dos clientes e as expectativas de valor do cliente . Essa observação se aplica tanto aos pesquisadores que se interessam principalmente pelos aspectos técnicos de RI quanto aos que continuam a lamentar o rebaixamento de um enfoque de sustentabilidade.	CSR	2	5
16- Kumarasinghe, Peiris, e Everett (2021) Artigo	A empresa analisada mantém estratégias e comportamentos baseados na ética , abrangendo todos os seus <i>stakeholders</i> proeminentes e divulga estrategicamente essas práticas , permitindo que a empresa estabeleça e mantenha vantagem competitiva .	CSR	6	2
17- Steenkamp e Roberts (2021) Artigo	Encontrou-se em seus resultados que uma das empresas analisadas utiliza um scorecard de desempenho , e obtém garantia de auditoria em informações principais no que diz a respeito da sustentabilidade relativas à sua geração de valor, que por consequência validam se essas informações são materiais e confiáveis.	CF CM CI CH CSR CN	10	4
18-Dameri e Ferrando (2021) Artigo	A continuidade de uma organização depende da sua capacidade de criar valor por meio da realização econômica, social e ética . Iniciando com uma identificação de sua proposta e o propósito de valor; o qual envolve satisfazer as expectativas dos acionistas e stakeholders trazendo recursos, habilidades e legitimidade da organização, mas para fazer isso, a organização tem que gerar recursos suficientes para alimentar essas respostas ; em outras palavras, deve haver um equilíbrio entre o valor que os acionistas e as partes interessadas criam e recebem .	CF CM CI CH CSR CN EL	4, 5 e 6	2
19- Crous e Van (2021) Artigo	Os resultados apontaram que as divulgações de geração de valor estão mais preocupadas com a criação de valor quantitativo e que se concentram em conceitos de valor, como retorno para investidores, fluxo de caixa, aumento no número de funcionários e benefícios para os funcionários. No entanto, seus relatórios ainda não incluem declarações ou definições concretas sobre o que se considera ser a criação de valor;	CI CH CSR CN EL	6	3

	nem divulgam conceitos qualitativos de criação de valor.			
20- Cisi e Centrone (2021) Artigo	A definição do Capital Humano de RI é capaz de definir uma ligação entre capital humano, criação de valor e impacto social . Não se baseia apenas nas competências, capacidades e experiência das pessoas . É focado na motivação para inovar e em um foco explícito em valores éticos, lealdade e motivação .	CH CSR	6 e 8	4

Legenda:

GERAÇÃO DE VALOR:

CF – Capital Financeiro

CM – Capital Manufaturado

CI – Capital Intelectual

CH – Capital Humano

CSR – Capital Social e de Relacionamento

CN – Capital Natural

AE – Ambiente externo

EL – Efeito líquido

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Os resultados indicam que dos vinte itens elencados na Tabela 7, metade estão relacionados diretamente aos conceitos de sustentabilidade, em consonância com Flower (2015), Thomson (2014), Brown e Dillard (2014), Adams (2015) e Coulson et al. (2015), os quais defendem que o Relato Integrado do IIRC incorpora os conceitos de sustentabilidade no conceito de geração de valor. A partir desse achado é possível inferir que a narrativa do RI realiza esta abordagem, mas não se refere apenas às ações realizadas financeiramente, retratando como uma empresa cria valor para diversos *stakeholders*, diferentemente dos relatórios padronizados. Este mecanismo de reportagem favorece a ambos os interesses, portanto a sociedade pode exigir a prestação de contas e os investidores exigirem o valor sustentável, logo, inibir o conflito de interesses. Além disso, os investidores podem incentivar as corporações quanto iniciativas desta natureza, uma vez que a ausência da adoção da sustentabilidade no modelo de negócio pode comprometer a sobrevivência a longo prazo do capital financeiro.

O termo geração de valor no RI deve atender aos critérios para reconhecimento e divulgação como valor compartilhado, objetivando ao alcance do valor líquido, conforme os **itens 6, 8, 9, 12, 13 e 18**. O valor compartilhado de uma empresa gerado no RI só é considerado se for atribuído à governança corporativa, ambiental e social (*ESG*) nas estratégias e decisões da gestão, pois a visão financeira do acionista, usualmente, proporciona maiores retornos, beneficiando ambos interesses (acionista e sociedade). Contudo, o *Framework 1.0* não especifica o termo geração de valor compartilhado, sendo que foi mencionado apenas uma vez a palavra sustentabilidade, o que, dessa forma, gera dúvida interpretação. Ou seja, se a geração de valor é algo inerente ao RI, por quais motivos a sustentabilidade não é mencionada? Este resultado está em consonância com Brown e Dillard (2014) e Feng et al. (2017), pois não há problema com a ideologia de que as operações dos negócios, *stakeholders* e sociedade possam ser equitativamente benéficas, pois o ambiente corporativo não pode desconsiderar as intenções sociais, alterações de clima e a exaustão de recursos. Diante disso, infere-se que a ausência de maiores explicações a respeito da geração de

valor induz a elaboração de reportes (RI) em caráter cerimonial, isto é, não há explicações a respeito dessa geração.

Conforme Coulson et al. (2015), o IIRC foi formado por uma coalização global da área contábil e de sustentabilidade, a fim de elaborar uma estrutura para suprir informações das operações complexas no âmbito empresarial, que muitas vezes não são reportadas no relatório financeiro. Assim, o IIRC se baseou nos estudos sustentados pela abordagem TBL como o Fórum para o Futuro (2009) e o Projeto Sigma (2003) para desenvolver o *Framework 1.0*. Esses estudos classificaram cinco capitais (natural, social, humano, manufaturado e financeiro) para aperfeiçoar a comunicação de prestação de contas à sociedade. Adicionalmente, o IIRC acrescentou o capital intelectual em seu *Framework 1.0*.

O **item 5** explorou, exclusivamente, o capital intelectual, que se refere aos recursos intangíveis que criam valor para a empresa. Assim sendo, se caracteriza como um dos elementos fundamentais para os usuários compreenderem como as empresas geram valor, dado que os intangíveis expressam vantagens competitivas diante do cenário corporativo. Os autores desse item concluíram que o capital intelectual do *Framework 1.0* pode ser segregado em três tipos: estrutural, humano e relacional.

Como a revelação de vantagens competitivas pode ser prejudicial ao negócio, deve-se tomar cuidado ao explorar o capital intelectual, no entanto, este é relevante, tendo em vista que os demonstrativos financeiros não refletem o todo. Correlacionando com os capitais do *Framework 1.0*, quanto a estrutura dos capitais intangíveis, para o RI o capital intelectual contempla os aspectos organizacionais (conhecimento tácito, sistemas e protocolos) e de propriedade intelectual (*software*, licenças, marcas e patentes). A parte humana, com o capital humano (alinhamento da companhia com o apoio a estrutura de governança, gerenciamento de riscos e valores éticos). E o relacional, com o capital social e de relacionamento (intangíveis associados com a marca e reputação desenvolvida por uma organização). Isto é, os elementos intangíveis estão relacionados com o capital intelectual, humano, social e de relacionamento. As categorias e os itens dos capitais são uma recomendação do *Framework 1.0*, porquanto são o conceito teórico da geração de valor. Entretanto, conforme os resultados de Beattie e Smith (2013), os intangíveis do RI se relacionam com mais de um capital.

Desse modo, esses intangíveis poderiam ser agrupados, ao invés de serem tratados em capitais distintos, objetivando assim, uma visão holística dos intangíveis do negócio, evitando-se visões parciais. Por exemplo: ao invés dos intangíveis serem divulgados no capital intelectual, humano e no social e de relacionamento, poderiam ser divulgados em conjunto, somente no capital intelectual. Tal inferência requer que o pessoal envolvido na elaboração do RI possua essa visão holística. Um exemplo para este capital seriam as informações que não atendem aos critérios das normas internacionais de contabilidade, pois não são propriedade de uma organização, como informações sobre intangíveis relacionados aos capitais intelectual, humano, social, que são indispensáveis no modelo de negócio de uma organização para gerar valor ao longo do tempo. Corroborando com Maniora (2015), os ativos intangíveis possuem 2/3 da representatividade do valor contábil no mercado.

Conforme o **item 1**, especificamente o capital manufaturado, que se refere aos objetos físicos de uma organização quando são apoiados para gerar valor ao longo do tempo, como prédios, máquinas e infraestrutura (estradas, portos, pontes e plantas para o tratamento de esgoto e água relacionados com as demonstrações financeiras padronizadas. Este capital também pode incluir itens que não são de propriedade da organização, como estradas públicas exploradas sob

concessão, considerando que as mesmas só podem ser inseridas em um RI se fizerem parte dos insumos para o processo de operação da companhia. Contudo, se esse objeto for afetado pela operação empresarial (por exemplo, a poluição), deve ser relatado no RI da empresa (Flower, 2015). A revelação de detalhes a respeito do capital manufaturado vai além de aspectos financeiros, ou seja, seu valor monetário, sendo necessário entender todo o processo do negócio, envolvendo diversas áreas.

À vista disso, é importante enfatizar que os tangíveis são utilizados como sustento para gerar outros valores dentro do contexto organizacional, por exemplo, os prédios administrativos são utilizados pelo capital humano (colaboradores), intelectual (*software*) e natural (gestão ambiental) para a geração de valor. Além disso, os tangíveis podem ocasionar, dependendo da atividade, impactos diretos e/ou indiretos ao capital natural, como emissão de gás carbônico e de resíduos. E os tangíveis de não propriedade de uma organização, relaciona-se com atividade de concessão, as quais devem reportar também os seus impactos naturais. A relevância dessas interligações entre capitais revela que o TBL deve estar presente ao elaborar o reporte RI.

Nesta pesquisa, o **item 20** relacionou-se diretamente com o capital humano, que está associado com capacidades, competências e experiências dos colaboradores (IIRC, 2014). Ao capitalizar, compreender e moldar o conhecimento de colaboradores e funcionários baseados pela inovação, gera-se valor interno que pode ser financeiro ou não. Com efeito, os colaboradores afetam diretamente no desempenho da empresa, dado que eles estão envolvidos no processo operacional da atividade. Por consequência, a gestão deve compreender as capacidades, competências e as experiências, a fim de estabelecer o alinhamento de sua equipe para mantê-los empenhados e motivados, assim, gerando valor financeiro ou não, conseqüentemente, melhorando os resultados e a satisfação do colaborador no trabalho.

Quanto à forma para comunicação da geração de valor, vale ressaltar que o RI visa mais informações qualitativas para explicar a sua geração de valor (item 19), porém os **itens 9, 10 e 13, 14 e 17** citam abordagens existentes para medir e/ou relatar os capitais de modo individual e em conjunto que podem ajudar na compreensão do usuário sobre a geração de valor de uma empresa, porém o *Framework 1.0* não cita nenhuma dessas abordagens. Os **itens 7 e 13** apontam a DVA como um relatório contábil que expressa monetariamente à conectividade entre os capitais propostos do *Framework 1.0*. Em consonância com os resultados de Haller e Staden (2014), a DVA possui potencial para cooperar com a utilidade do RI, porque demonstra a remuneração distribuída (capital financeiro) para os *stakeholders* (funcionários, governo, sociedade, investidores, credores, por exemplo), assim, desempenhando um papel essencial na narrativa de geração de valor e proporcionando informações sobre a criação e a distribuição de valor de uma empresa.

Vale ressaltar que, por mais que tenha a sua contribuição para elucidar a geração de valor, a DVA supri parcialmente a proposta do RI, porque não retrata os tangíveis e intangíveis, e não contempla de modo completo as diretrizes do IIRC, no que tangem as informações qualitativas inseridas principalmente no capital intelectual, humano, social e de relacionamento, e natural. Por fim, a respeito do **ambiente externo os itens 2, 4, 6, 9, 11 e 13**, estão relacionados para os contextos natural e social, todavia o *Framework 1.0* recomenda que também sejam citados para o processo de geração de valor quanto ao ambiente externo os contextos políticos, econômicos e comerciais.

Após a classificação, correlação e identificação dos conceitos de autores que abordam o sentido ou o significado de geração de valor (Tabelas 7), a Tabela 8 sumariza os dados qualificados.

Tabela 8

Síntese da análise dos resultados da pesquisa da Tabela 7

Geração de valor	Repetições	Entendimento de geração de valor	Repetições	Semântica	Repetições
Financeiro (CF)	10	1	3	Paráfrase (1)	1
Manufaturado (CM)	9	2	1	Sinonímia (2)	5
Humano (CH)	10	3	2	Antonímia (3)	4
Intelectual (CI)	10	4	4	Hiponímia (4)	9
Social e Rel. (CSR)	15	5	6	Duplicidade (5)	4
Natural (CN)	11	6	5		
Efeito Líquido (EL)	7	7	1		
Ambiente externo (AE)	6	8	1		
		9	1		
		10	6		

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Acerca do entendimento de geração de valor pelo IIRC (2013), denota-se que houve equilíbrio na quantidade de repetições, exceto para os itens 2, 7, 8 e 9, e há um destaque para os itens 5 e 10, mencionados na Tabela 1. Na análise da semântica, foi identificada a predominância da ocorrência de hiponímia para os conceitos, ou seja, há uma relação de significado que intercorre entre expressões com sentido mais específico e expressões genéricas, logo o resultado desta pesquisa completa o *Value creation - background paper* (IIRC, 2013a). Com base nos resultados, nota-se que o conceito de geração de valor é sustentado nesta ordem pela literatura: social e de relacionamento, natural, humano, financeiro, intelectual, manufaturado, efeito líquido e ambiente externo.

Discussão dos resultados

As ações de uma empresa não devem visar somente o lucro, como ocorre com os relatórios financeiros que se voltam, principalmente, a investidores, financiadores e outros credores. Desse modo, a sustentabilidade necessita ser integrada simultaneamente à visão financeira, pois a sua não incorporação nas estratégias poderá comprometer a continuidade de uma empresa. Além disso, uma empresa necessita da prosperidade da sociedade, em virtude dos negócios dependerem das condições econômicas, sociais e ambientais do local para o seu sucesso. Com este propósito o RI compõe os capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e de relacionamento, e natural) e as externalidades (natural, social, político, comercial e legal) para elucidar a geração de valor da empresa no passado, presente e como a manterá no futuro.

Isto posto, infere-se que o RI tende a comunicar mais informações não monetárias que expressam a sua geração de valor, visto que, para Coulson et al. (2015), o *Framework 1.0* não exige a medição dos dados em termos monetários, pois não é o objetivo do RI quantificar ou monetizar o valor da empresa em um determinado momento. Dos conceitos expostos, é possível observar que o *Framework 1.0* direciona-se para os conceitos utilizados pela Contabilidade Social e ambiental, conforme Flower (2015), Thomson (2014), Brown e Dillard (2014), e Adams (2015). Isto ocorre porque as características do RI buscam nivelar a maximização do lucro com foco no bem-estar da

sociedade e do meio ambiente, cooperando para que as organizações repensem no momento de tomada de decisão.

Todavia, por mais que a finalidade do valor é a cocriação ao longo do tempo entre a organização e *stakeholders*, o *Framework 1.0* necessita de ajustes, pois, segundo Flower (2015), o termo valor no *Framework 1.0* apresenta um viés significativo para investidores, dado que não é compulsório às empresas relatarem os impactos negativos com as entidades externas, como o meio ambiente. Desta forma, as organizações, por meio do RI, podem camuflar com a comunicação de apenas efeitos positivos quanto ao meio ambiente e sociedade, e não relatar a destruição de seu valor. Isso revela o aspecto cerimonial da adoção do RI, podendo ser minimizado diante de maiores detalhamentos a respeito de seus elementos. Todavia, cabe aos preparadores ponderar a respeito das informações do reporte, mediante a revelação de dados que expõem o negócio, interferindo na competitividade.

Além disso, negligenciar informações não-financeiras, ou seja, não as divulgar ou integrá-las, pode resultar em uma visão distorcida das práticas atuais ou futuras. Por conseguinte, incorporando esse ajuste, o RI poderia enraizar a estabilidade financeira e a sustentabilidade, ao contrário do que o IIRC defende, no qual nem menciona a sustentabilidade (Dumay et al. 2016). A Figura 3 expõe uma releitura do processo de geração de valor, baseado nesta pesquisa.

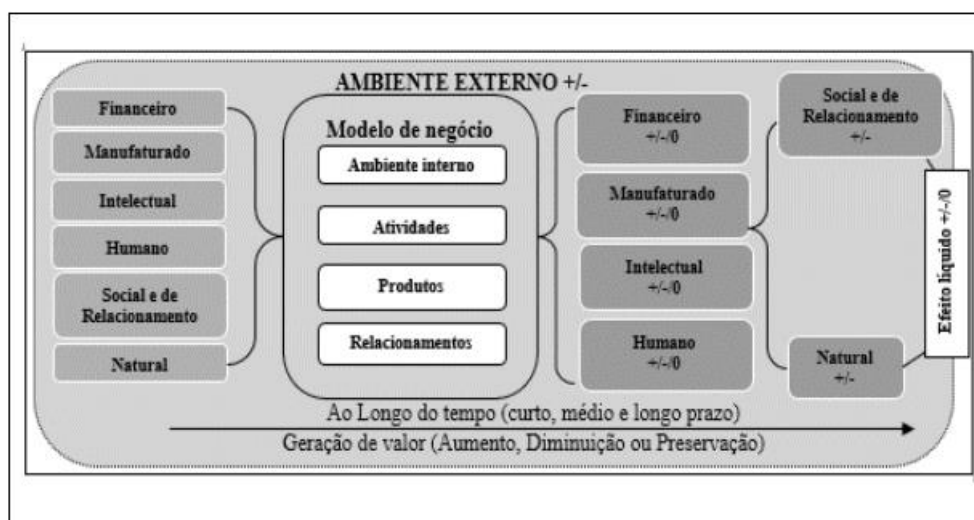


Figura 3. Processo de geração de valor ajustado do *Framework 1.0*

Fonte: adaptado de IIRC (2014), com base nos resultados da pesquisa.

Em síntese, para que uma organização atenda a proposta de um relatório nos moldes do RI, contemplando o conceito de geração de valor, é necessário relatar tanto os efeitos positivos quanto negativos para com a sociedade e/ou meio ambiente. Caso uma ação de geração de valor seja negativa, a organização deveria desenvolver medidas mitigadoras para minimizar esse efeito, porque, ao longo tempo, afetará os capitais e a sustentabilidade. Ademais, os contextos do ambiente externo colaboram ou prejudicam a capacidade da empresa em gerar valor. Com efeito, os capitais facilitam o reconhecimento das operações e as suas interdependências, obtendo assim, um panorama sobre os reflexos do negócio no passado, presente e futuro.

Os resultados apontam que o conceito de geração de valor no RI é de que uma empresa gera valor financeiro e não-financeiro, tangível e intangível, ponderado pelos efeitos positivos e negativos sobre a sociedade e ao meio ambiente. Neste contexto, a geração de valor não é exclusiva ao contexto financeiro e utiliza do TBL para o alcance do valor líquido no RI em curto, médio e longo prazo, pois incorpora em sua estrutura que a organização deve prestar conta à sociedade e ao meio ambiente, decorrente de suas atividades, relacionamentos, produtos e/ou serviços. Para isto, o valor gerado necessita ser reconhecido ou percebido pelos *stakeholders*. Consequentemente, o RI pode evitar a falácia de práticas corporativas sustentáveis quando são, de fato, práticas que prejudicam a sustentabilidade (Thomson, 2014).

Considerações finais

O objetivo desta pesquisa foi construir a semântica do conceito da geração de valor baseado na literatura existente, delimitada a proposta do Relato Integrado. Com base nos resultados alcançados, conclui-se que a organização, por meio da sua atividade, realiza ações de valores (capitais) tangíveis e intangíveis, monetários e não monetários, tanto gerados pela organização quanto indiretamente por ela, considerando o seu efeito positivo ou negativo à sociedade e ao meio ambiente. Desse modo, gerar valor para organização e, simultaneamente, aos *stakeholders* e a sociedade em geral é compreender as possíveis externalidades, sejam elas positivas ou negativas. Todavia, a geração de valor negativo ocasiona efeitos adversos a quem gera, para as partes interessadas e a sociedade.

Com isso, infere-se que uma organização deve ser proativa e buscar a melhoria contínua ao elaborar o RI, a fim de reconhecer sua verdadeira geração de valor, a curto, médio e longo prazo, pois no *Framework 1.0* o valor financeiro é relevante, mas não suficiente para gerar valor. Assim, a estrutura de comunicação do RI visa conscientizar a gerência e a alta governança quanto a reportar suas ações de valores que considera do financeiro ao natural (pensamento integrado), podendo repensar em suas estratégias e decisões. Por exemplo, uma atividade, ou um produto, que tenha um custo mais acessível pode ter um retorno financeiro a curto prazo, porém pode gerar efeitos negativos futuros, tanto para organização, quanto à sociedade e ao meio ambiente.

Recomenda-se a continuidade de discussões acerca da geração de valor no RI. Como sugestões de estudos recomenda-se os itens não identificados nesta pesquisa baseado no *Value creation – background paper* (2013a), como o de identificar a relação do sentido de valor quanto a necessidades humanas direcionadas a três quesitos: utilidade funcional (o que o produto/serviço faz), utilidade econômica (quanto custa) e utilidade emocional (como faz o cliente se sentir). As conexões e interdependências entre diferentes fatores colaboram para criação de valor, pois alcançam resultados distintos para diversos *stakeholders*, por serem consideradas atividades que podem afetar o potencial futuro de uma companhia. E o valor de uma companhia como é criado/maximizado por meio da inovação, propiciando que as organizações reconheçam suas fontes estratégicas e elaborem mecanismos para criar uma força duradoura ou sustentável.

Adicionalmente, sugere-se que pesquisas discutam a elaboração de matrizes para identificar ações de valores na prática, visto que a capacidade real de visualizar, gerenciar, comunicar as fontes e os resultados da criação de valor ainda não é uma questão clara para empresas que a adotam, pois na prática ainda é um desafio identificar e reportar os seus distintos tipos de valores e explicar aos *stakeholders* como a empresa gera seu valor no passado, presente e futuro. Nesse âmbito, é um

desafio para as empresas relatarem as suas ações de valores relacionando os seus *trade-off* e demonstrando a cadeia de interdependência, ou seja, identificar os capitais que tiveram um aumento (+), diminuição (-) ou se foram transformados (0), e as influências do ambiente externo que impactam de forma positiva e negativa nos contextos legal, econômico, político, social e ambiental. Assim, se faz necessário identificar *benchmarkings* de reportes ou modelos que apoiam os *stakeholders*, além de compreender essas transformações e como uma organização gera valor ao longo do tempo.

Esta pesquisa contribui com a interpretação do conceito de geração de valor para as futuras divulgações de RI, elucidando nitidamente qual seria a geração de valor da organização e a prestação de contas à sociedade, conforme revelado por preparadores a dificuldade na aplicação deste conceito em consultas públicas de 2013 e 2017. Isso denota a necessidade de o IIRC focar em melhorias quanto a esse conceito abrangente no *Framework 1.0*, sendo mais claro e menos técnico. À vista disso, se na visão das organizações parecer confuso, dúbio e não fidedigno, há a possibilidade de torná-la cética quanto à confiabilidade e credibilidade, ou até se tornar um instrumento de *greenwashing*, omitindo informações sobre os reais impactos operacionais. Além disso, uma definição clara do conceito pode colaborar com informações não concisas e ilegíveis em um RI.

Pelo viés teórico, os pesquisadores buscaram o avanço da discussão na literatura no âmbito da geração de valor, já que este estudo proporcionou um direcionamento quanto ao entendimento do conceito fundamental para elaboração de um RI. Esta pesquisa contribui para sociedade e empresas ao discutir a clareza do *Framework 1.0*, a fim de suprir a comunicação da geração de valor de uma empresa e a prestação de contas à sociedade. Nesse âmbito, os negócios insustentáveis terão obstáculos em apresentar e divulgar falácias sobre práticas sustentáveis.

Este estudo limitou-se às fontes de coleta de dados, pois restringiu-se a análise de conteúdo, da literatura, livros e documentos selecionados. Como consequência, não houve resultados significativos na amostra, porque as discussões sobre geração de valor no Relato Integrado foram iniciadas a partir de 2011, com o paper “*Towards Integrated Reporting – Communicating Value in the 21st Century*” (IIRC, 2011). Isto é um ponto negativo para as discussões do *Framework 1.0*, visto que o conceito de geração de valor é um elemento primordial para elaborar um Relato Integrado.

Referências

- Abeysekera, I. (2013). A template for integrated reporting. *Journal of Intellectual Capital*, 14(2), 227-245. doi:10.1108/14691931311323869
- Adams, C. A. (2015). The international integrated reporting council: A call to action. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 23-28. doi:10.1016/j.cpa.2014.07.001
- Adams, C. A. (2017). Conceptualising the contemporary corporate value creation process. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 30(4), 906-931. doi:10.1108/AAAJ-04-2016-2529.
- Adams, S., & Simmet, R. (2011). Integrated reporting: an opportunity for Australia's not-for-profit sector. *Australian Accounting Review*, 21(3), 292-301. doi:10.1111/j.1835-2561.2011.00143.x
- Alves, N. J. F., Kassai, J. R., Lucas, E. C., & Ferreira, H. M. G. (2017). Relato integrado e o formato da

informação financeira para evidenciar a criação de valor das empresas do programa piloto. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 5(3), 99-122. doi:10.18405/recfin20170306

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. São Paulo, SP: Edições 70.

Barnabè, F. (2016). 'Representing' value creation: a combined approach of system dynamics and integrated reporting for the airline sector. *International Journal of Applied Systemic Studies*, 6(3).202-222. doi:10.1504/IJASS.2016.079085

Barnabè, F., Giorgino, M. G., & Kunc, M. (2019). Visualizing and managing value creation through integrated reporting practices: a dynamic resource-based perspective. *Journal of Management and Governance*, 23, 537-575. doi:10.1007/s10997-019-09467-z

Beattie, V., & Smith, S. J. (2013). Value creation and business models: Refocusing the intellectual capital debate. *British Accounting Review*, 45(4), 243-254. doi:10.1016/j.bar.2013.06.001

Bowman, C., & Ambrosini, V. (2003). *What does value mean and how is it created, maintained and destroyed?* Academy of Management Annual Meeting. Recuperado de <https://bit.ly/3qnCgc4>

Brown, J., & Dillard, J. (2014). Integrated reporting: on the need for broadening out and opening up. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 27(7), 1120-1156. doi:10.1108/AAAJ-04-2013-1313

Busco, C., Frigo, M. L., Quattrone, P., & Riccaboni, A. (2014). Leading practices in integrated reporting management accountants will guide their companies on the journey to value creation. *Strategic Finance*. 23-32. Recuperado de <https://bit.ly/3qkZhN2>

Chaidali, P., & Jones, M. J. (2017). It's a matter of trust: Exploring the perceptions of Integrated Reporting preparers. *Critical Perspectives on Accounting*, 48, 1-20. doi:10.1016/j.cpa.2017.08.001

Chen, Y., & Perrin, S. (2018). *ACCA: insights into integrated reporting 2.0: walking the talk*. London: Association of Chartered Certified Accountants.

Cisi, M., & Centrone, F. A. (2021). The human capital for value creation and social impact: the interpretation of the IR's HC definition. *Sustainability*, 13(13), 1-19. doi:10.3390/su13136989

Comissão de Valores Mobiliários (2020, 9 de dezembro). Resolução CVM nº 14. *Comissão de Valores Mobiliários*. Recuperado de <https://bit.ly/37OJwaG>

Coulson, A. B., Adams, C. A., Nugent, M. N., & Haynes, K. (2015). Exploring metaphors of capitals and the framing of multiple capitals: challenges and opportunities for <IR>. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 6(3), 290-314. doi:10.1108/SAMPJ-05-2015-0032

Crous, C., & Van Wyk, M. C. (2021). Balancing quantitative and qualitative value-creation reporting. *South African Journal of Economic and Management Sciences*, 24(1), 1-8. doi:10.4102/sajems.v24i1.3936.

Crowther, D., & Aras, G. (2008). *Corporate social responsibility*. Copenhagen: Bookboon.

Dameri, R. P., & Ferrando, P. M. (2021). Value creation disclosure: the international integrated reporting framework revisited in the light of stakeholder theory. *Meditari Accountancy Research*. doi:10.1108/MEDAR-11-2020-1103

- De Beer, E. (2014). Creating value through communication. *Public Relations Review*, 40(2), 136-143. doi:10.1016/j.pubrev.2014.02.024
- De Villiers, C., & Sharma, U. (2017). A critical reflection on the future of financial, intellectual capital, sustainability and integrated reporting. *Critical Perspectives on Accounting*, 70, 1-13. doi:10.1016/j.cpa.2017.05.003
- Druckman, P. (2016). Foreword. In C. Mio (Ed.), *Integrated reporting – a new accounting disclosure* (pp. 5-9). London: Palgrave Macmillan.
- Dumay, J., & Dai, T. (2017). Integrated thinking as a cultural control? *Meditari Accountancy Research*, 25(4), 574-604. doi:10.1108/MEDAR-07-2016-0067
- Dumay, J., Bernardi, C., Guthrie, J., & Demartini, P. (2016). Integrated reporting: a structured literature review. *Accounting Forum*, 40(3), 166-185. doi:10.1016/j.acfor.2016.06.001
- Dumay, J., Bernardi, C., Guthrie, J., & La Torre, M. (2017). Barriers to Implementing the international integrated reporting framework: a contemporary academic perspective. *Meditari Accountancy Research*, 25(4), 461-480. doi:10.1108/MEDAR-05-2017-0150
- Dumitru, M., Gușe, R. G., Feleagă, L., Mangiuc, D. M., & Feldioreanu, A. I. (2015). Marketing communications of value creation in sustainable organizations: the practice of integrated reports. *Amfiteatru Economic Journal*, 17(40), 955-976. Recuperado de <https://bit.ly/3wuimjx>
- Eccles, R. G., Krzus, M. P., & Ribot, S. (2015). *The integrated reporting movement: meaning, momentum, motives, and materiality*. New Jersey: John Wiley & Sons.
- Elkington, J. (2012). *Sustentabilidade, canibais com garfo e faca*. São Paulo, SP: M. Books.
- Feng, T., Cummings, L., & Tweedie, D. (2017). Exploring integrated thinking in integrated reporting – an exploratory study in Australia. *Journal of Intellectual Capital*, 18(2), 330-353. doi:10.1108/JIC-06-2016-0068
- Flower, J. (2015). The international integrated reporting council: A story of failure. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 1-17. doi:10.1016/j.cpa.2014.07.002
- Forum for the Future. (2009). *The five capitals model – a framework for sustainability*. Recuperado de <https://bit.ly/3tN2HKi>
- Gokten, S., & Gokten, P. O. (2017). Value creation reporting: answering the question "value to whom" according to the international integrated reporting framework. *Zeszyty Teoretyczne Rachunkowości*, 91(147), 145-169. doi:10.5604/01.3001.0009.8028
- Haller, A. (2016). Value creation: a core concept of integrated reporting. In C. Mio (Ed.), *Integrated reporting – a new accounting disclosure* (pp. 37-57). London: Palgrave
- Haller, A., & Van Staden, C. (2014). The value added statement – an appropriate instrument for Integrated Reporting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 27(7), 1190-1216. doi:10.1108/AAAJ-04-2013-1307.
- Ilari, R., & Geraldi, J. W. (1985). *Semântica*. São Paulo, SP: Ática.
- Institute for Family Business. (2012). *Sustainable value creation*. London: An IFB Research Foundation Publication.

- Integrated Reporting Committee of South Africa. (2014). *Scan of research on integrated reporting in South Africa and identification of future research opportunities*. Recuperado de <https://bit.ly/3wvLA1H>
- International Federation of Accountants. (2015). *Materiality in <IR>: guidance for the preparation of integrated reports*. Recuperado de <https://bit.ly/3CZuDO2>
- International Integrated Reporting Council. (2011). *Towards integrated reporting – communicating value in the 21st Century*. Recuperado de <https://bit.ly/3wqyOkN>
- International Integrated Reporting Council. (2013a). *Value creation – background paper*. Recuperado de <https://bit.ly/3D3XUaG>
- International Integrated Reporting Council. (2013b). *Consultation questions*. Recuperado de <https://bit.ly/36CWc3B>
- International Integrated Reporting Council. (2014). *Framework*. Recuperado de <https://bit.ly/36hp69Q>
- International Integrated Reporting Council. (2017). *International Framework Implementation Feedback - Summary report*. Recuperado de <https://bit.ly/3JuMhMI>
- Kumarasinghe, S., Peiris, I. K., & Everett, A. M. (2021). Ethics disclosure as strategy: a longitudinal case study. *Meditari Accountancy Research*, 29(2), 294-323. doi:10.1108/MEDAR-01-2020-0669
- Kuzina, R. W. (2014). Integrated reporting as a strategic mechanism. *Actual Problems of Economics*, 8(158), 385-392.
- Maniora, J. (2015). Is integrated reporting really the superior mechanism for the integration of ethics into the core business model? an empirical analysis. *Journal of Business Ethics*, 140(4), 755-786. doi:10.1007/s10551-015-2874-z
- Mckinsey & Company. (2010). Why value value? In T. Koller, R. Dobbs, & B Huyett, *Value: the four cornerstones of corporate finance* (pp 3-14). Hoboken: John Wiley & Sons.
- Melloni, G. (2015). Intellectual capital disclosure in integrated reporting: An impression management analysis. *Journal of Intellectual Capital*, 16(3), 661-680. doi:10.1108/JIC-11-2014-0121
- Milne, M. J., & Gray, R. (2013). W(h)ither Ecology? The Triple Bottom Line, the Global Reporting Initiative, and Corporate Sustainability Reporting. *Journal of Business Ethics*, 118, 13-29. doi:10.1007/s10551-012-1543-8.
- Perego, P., Kennedy, S., & Whiteman, G. (2016). A lot of icing but little cake? Taking integrated reporting forward. *Journal of Cleaner Production*, 136, 53-64. doi:10.1016/j.jclepro.2016.01.106
- Roslender, R., & Nielsen, C. (2021). Accounting for the value expectations of customers: Re-imagining the Integrated Reporting initiative. *Critical Perspectives on Accounting*. 81, 102244. doi:10.1016/j.cpa.2020.102244
- Santos, A. C., Favato, K. J., & Neumann, M. (2021). Relato integrado e gestão de stakeholders:

agenda de pesquisas. *Revista Contabilidade & Finanças*, 32(87), 429-443. doi:10.1590/1808-057x202112030

Simnett, R., & Huggins, A. L. (2015). Integrated reporting and assurance: where can research add value? *Sustainability Accounting Management and Policy Journal*, 6(1), 29-53. doi:10.1108/SAMPJ-09-2014-0053

Slack, R., & Munz, M. (2016). Intellectual capital reporting, leadership and strategic change. *Journal of Applied Accounting Research*, 17(1), 61-83. doi:10.1108/JAAR-02-2014-0021

Sofian, I. (2018, outubro). *Approaching value creation from an integrated reporting perspective*. Artigo apresentado no 6th International Scientific Conference IFRS: Global Rules and Local Use, Prague.

Steenkamp, N., & Roberts, R. (2021). Managing material value creation matters in integrated reporting. *Meditari Accountancy Research*. doi:10.1108/MEDAR-11-2020-1095

The Sigma Project. (2003). *The sigma guidelines – toolkit: sigma guide to guidelines and standards relevant to sustainable development*. Recuperado de <https://bit.ly/3LkRI0I>

Thomson, I. (2014). 'But does sustainability need capitalism or an integrated report' a commentary on 'The International Integrated Reporting Council: A story of failure' by Flower, J. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 18-22. doi:10.1016/j.cpa.2014.07.003

Apêndice

TÍTULO	BASE	ANO	SEMÂNTICA
<i>Redefining Corporate Accountability Through Leading Practices in Integrated Reporting</i>	CAPES	2013	N
<i>Value Creation Reporting: Answering the Question „Value to Whom” according to the International Integrated Reporting Framework</i>	CAPES	2017	S
<i>Bankers' perspectives on Integrated Reporting for value creation: evidence from Nigeria</i>	CAPES	2017	N
<i>Integrated Reporting: Communicating Value Creation</i>	CAPES	2018	N
<i>Towards Integrated Reporting in Europe - An analysis of 40 annual corporate reports regarding their value creation disclosures</i>	CAPES	2018	N
<i>Visualizing and managing value creation through integrated reporting practices: a dynamic resource-based perspective</i>	CAPES	2019	N
インタンジブルズに基づく企業の価値創造 —BSC, 知的資本報告書, 統合報告の論点比較—	CAPES	-	ITEM A
HARUSKAH VALUE CREATION HANYA TERDAPAT PADA INTEGRATED REPORTING?	CAPES	-	ITEM A
統合報告書に基づく価値創造プロセスの比較研究	CAPES	-	ITEM A
SEM ACESSO	CAPES	-	ITEM A
SEM ACESSO	CAPES	-	ITEM A
Managing material value creation matters in integrated reporting	EMERALD	2021	S
Value creation disclosure: the international integrated reporting framework revisited in the light of stakeholder theory	EMERALD	2021	S

SEM ACESSO	SCIELO	-	ITEM A
<i>Bankers' perspectives on Integrated Reporting for value creation: evidence from Nigeria</i>	SCIELO	2017	X
Approaching Value Creation From An Integrated Reporting Perspective	SCIELO	2018	S
<i>Visualizing and managing value creation through integrated reporting practices: a dynamic resource-based perspective</i>	SCIELO	2019	X
<i>Value creation disclosure: the international integrated reporting framework revisited in the light of stakeholder theory</i>	SCIELO	2021	X
<i>Managing material value creation matters in integrated reporting</i>	SCIELO	2021	X
Value creation and business models: Refocusing the intellectual capital debate	SCI.DIR	2013	S
The International Integrated Reporting Council: A call to action	SCI.DIR	2015	S
<i>Exploring the implications of integrated reporting for social investment (disclosures)</i>	SCI.DIR	2016	N
<i>Reporting on long-term value creation by Canadian companies: A longitudinal assessment</i>	SCI.DIR	2018	N
<i>Intellectual capital disclosure in integrated reports: The effect on firm value</i>	SCI.DIR	2020	N
<i>Materiality in an integrated reporting setting: Insights using an institutional logics framework</i>	SCI.DIR	2020	N
Accounting for the value expectations of customers: Re-imagining the Integrated Reporting initiative	SCI.DIR	2020	S
<i>The relationship between corporate social responsibility expenditures and firm value: The moderating role of integrated reporting</i>	SCI.DIR	2021	N
<i>Value creation and business models: Refocusing the intellectual capital debate</i>	SCOPUS	2013	X
Integrated reporting as a mechanism of increasing business value	SCOPUS	2014	S
Integrated reporting and assurance: where can research add value?	SCOPUS	2015	S
Marketing communications of value creation in sustainable organizations. The practice of integrated reports	SCOPUS	2015	S
'Representing' value creation: A combined approach of system dynamics and integrated reporting for the airline sector	SCOPUS	2016	S
<i>Exploring the implications of integrated reporting on organisational reporting practice Evidence from highly regarded integrated reporters</i>	SCOPUS	2016	N
Conceptualising the contemporary corporate value creation process	SCOPUS	2017	S
<i>Integrated or non-integrated reports: French listed companies at a crossroads?</i>	SCOPUS	2018	N
<i>Reporting on long-term value creation by Canadian companies: A longitudinal assessment</i>	SCOPUS	2018	X
<i>Determinants of Companies that Disclose High-Quality Integrated Reports</i>	SCOPUS	2019	N
<i>Are SMEs Ready for Integrated Reporting? The Malaysian Experience of Accountability</i>	SCOPUS	2019	N
Visualizing and managing value creation through integrated reporting practices: a dynamic resource-based perspective	SCOPUS	2019	S
IMPLEMENTATION OF INTEGRATED REPORTING: A CROSS-COUNTRIES' STUDY*	SCOPUS	2020	N
<i>Investigating the interplays between integrated reporting practices and circular economy disclosure</i>	SCOPUS	2020	N
<i>Does Corporate Governance Affect the Quality of Integrated Reporting?</i>	SCOPUS	2020	N

<i>Integrated thinking, orchestration of the six capitals and value creation</i>	SCOPUS	2020	N
Ethics disclosure as strategy: a longitudinal case study	SCOPUS	2020	S
<i>Value creation disclosure: the international integrated reporting framework revisited in the light of stakeholder theory</i>	SCOPUS	2021	X
The Human Capital for Value Creation and Social Impact: The Interpretation of the IR's HC Definition	SCOPUS	2021	S
<i>Integrated Reporting Implementation and Core Activities Disclosure in UK Higher Education Institutions</i>	SCOPUS	2021	N
Balancing quantitative and qualitative value-creation reporting	SCOPUS	2021	S
SEM ACESSO	SCOPUS	2021	ITEM A
<i>Managing material value creation matters in integrated reporting</i>	SCOPUS	2021	X
<i>Integrated thinking, earnings manipulation and value creation: Malaysian empirical evidence</i>	SCOPUS	2021	N
<i>Accounting for the value expectations of customers: Re-imagining the Integrated Reporting initiative</i>	SCOPUS	2021	X
<i>The relationship between corporate social responsibility expenditures and firm value: The moderating role of integrated reporting</i>	SCOPUS	2021	X
SEM ACESSO	SCOPUS	-	ITEM A
SEM ACESSO	SCOPUS	-	ITEM A
<i>Conceptualizing and enabling circular economy through integrated thinking</i>	SCOPUS	2021	N
<i>Does integrated reporting information influence internal decision making? An experimental study of investment behavior</i>	SCOPUS	2018	N
<i>Does integrated reporting information influence internal decision making? An experimental study of investment behavior</i>	WILEY	2018	X
<i>Conceptualizing and enabling circular economy through integrated thinking</i>	WILEY	2021	X

LEGENDA:

S- Sim, há semântica

N- Não há semântica

X- Duplicidade de artigo

ITEM A – Tabela 3 – Artigos sem acesso/linguagem

Financiamento

As autoras não receberam apoio financeiro para a pesquisa, autoria ou publicação deste artigo.

Autoria

Amanda dos Santos Veiga Marçal

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Orientadora do curso MBA ESALQ/USP – Gestão Tributária. Pesquisa e publica sobre Relato Integrado, Sustentabilidade, Contabilidade, Gestão Tributária, Contador.

E-mail: mandy_veiga@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6728-7884>

Marguit Neumann

Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e em *Sciences Économiques* pela Université Pierre Mendès France (UPMF). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Grupo de pesquisa em Relato Integrado. Pesquisa e publica Responsabilidade Social Corporativa, Contabilidade Socioambiental (Educação Ambiental, Relato Integrado, Relatórios de Sustentabilidade).

E-mail: marguitn26@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1246-3769>

Simone Leticia Raimundini Sanches

Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

E-mail: slraimundini@uem.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7363-2573>

Conflito de interesses

Os autores informam que não há conflito de interesses.

Contribuição dos autores

Primeira autora: concepção (líder), curadoria de dados (líder), análise formal (líder), investigação (líder), metodologia (igual), administração do projeto (igual), validação (igual), visualização (igual), redação – rascunho original (líder), redação – revisão e edição (líder).

Segunda autora: concepção (igual), curadoria de dados (apoio), análise formal (apoio), investigação (apoio), metodologia (igual), administração do projeto (apoio), supervisão (líder), validação (igual), visualização (igual), redação – rascunho original (igual), redação – revisão e edição (igual).

Terceira autora: análise formal (apoio), metodologia (apoio), supervisão (apoio), validação (apoio), visualização (apoio), redação – rascunho original (apoio).

Verificação de plágio

A O&S submete todos os documentos aprovados para a publicação à verificação de plágio, mediante o uso de ferramenta específica.

Disponibilidade de dados

A O&S incentiva o compartilhamento de dados. Entretanto, por respeito a ditames éticos, não requer a divulgação de qualquer meio de identificação dos participantes de pesquisa, preservando

plenamente sua privacidade. A prática do open data busca assegurar a transparência dos resultados da pesquisa, sem que seja revelada a identidade dos participantes da pesquisa.

A O&S é signatária do DORA (The Declaration on Research Assessment) e do COPE (Committee on Publication Ethics).

